

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sem mais concorrência no refino	2
Título: Com greve, importação de diesel despenca 36,4% em maio, diz ANP	4
Título: Novo diretor da Aneel é indicação de Sarney.....	5
Título: Câmara aprova urgência para distribuidoras.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Após STF, Petrobras suspende venda de refinarias	8
Título: Conta de luz mais cara deve elevar inflação em 0,5 ponto	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Decisões judiciais complicam a recuperação financeira da Petrobrás	12
Título: Conta de luz fica 15% mais cara em SP	14
Título: Eletropaulo recebe R\$ 900 mi da Enel.....	15
Título: Ex-Petrobrás, Parente critica gestão pública	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: STF atinge Petrobras	16
Título: Gasolina volta a subir nos postos do DF	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Governo manobra por urgência da Eletrobras	18
Título: Abertura do mercado de energia e o consumidor residencial	19
Título: Petrobras para venda de quatro ativos após liminar do STF	21
Título: ANP recebe 179 sugestões sobre reajuste de combustível	24
Título: Shell tem 65% de conteúdo local nos 20 maiores contratos.....	24
Título: Aneel multa Cemig em R\$ 12,4 mi por falha técnica.....	25

Título: Ibovespa tem nova alta e supera os 73 mil pontos, mas giro segue fraco 26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA

Título: Sem mais concorrência no refino

Após liminar de Lewandowski, Petrobras suspende venda de refinarias que renderiam até US\$ 10,7 bi

A decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, na semana passada, proibiu o governo de privatizar estatais sem o aval do Congresso, atingiu em cheio os planos da Petrobras. A estatal anunciou ontem a suspensão da venda de quatro refinarias, de uma empresa de fertilizantes e da Transportadora Associada de Gás (TAG). A venda de ativos faz parte da estratégia da companhia para reduzir seu endividamento.

Além disso, a liminar torna ainda mais distante o fim do monopólio da estatal na área de refino, segmento que requer mais investimentos para atender ao aumento da demanda por combustíveis. A falta de concorrência no setor e o preço dos combustíveis ganharam destaque após a greve dos caminhoneiros, que durou dez dias em maio e causou uma crise de desabastecimento do país. O projeto da Petrobras de venda de refinarias foi apresentado ao mercado em abril e discutido internamente ao longo do ano passado.

Os planos incluíam a venda de 60% das refinarias Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, em um bloco. No outro pacote, a empresa pretendia se desfazer também de 60% da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, e da Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Para isso, seriam criadas subsidiárias que poderiam render ao caixa da empresa de US\$ 8,9 bilhões até US\$ 10,7 bilhões, segundo avaliação do mercado. Com isso, a fatia da Petrobras no setor cairia de 99% para 75%. A estatal afirmou, em fato relevante, que “está avaliando medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores” e que manterá o mercado informado.

‘COMPETIÇÃO PERMITIRIA REDUZIR PREÇO’

Além das refinarias, a estatal também anunciou a suspensão da venda de sua participação na fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados e da Transportadora Associada de Gás (TAG). Essas três operações foram suspensas

porque preveem a venda de controle. A empresa tem ainda em andamento outras 27 operações de venda de participações minoritárias em ativos, como campos de petróleo, usinas de biodiesel, na Braskem e na refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Para especialistas, a decisão do STF é ruim para a caixa da Petrobras.

Na avaliação de Giovani Loss, sócio do Mattos Filho e especialista na área de petróleo e gás, a venda das refinarias é considerada no mercado uma das mais importantes para a estatal devido ao impacto financeiro. — Já existe uma discussão de que o refino precisa ser flexibilizado. É necessário mais investimento para reduzir a concentração do setor de refino de modo a evitar o que ocorreu recentemente, com a greve dos caminhoneiros — afirmou Loss.

Para o diretor de Consultoria no Mercado de Óleo e Downstream da IHS Markit, Felipe Perez, a decisão da Petrobras foi cautelosa, mas a medida representou um retrocesso no processo de abertura do mercado de refino no país. Segundo Perez, se a estatal não começar a se desfazer de parte das refinarias e continuar com o monopólio de fato do setor, os consumidores serão prejudicados. — Isso representa um retrocesso na busca pela concorrência no setor de refino.

O petróleo é uma commodity com preços muito voláteis, e a competição entre empresas de refino permitiria menores preços aos consumidores. O monopólio não traz benefício para a população — destacou Felipe Perez. Segundo David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a decisão do STF — que deve, em sua avaliação, ser suspensa — é ruim para a Petrobras e para o Brasil: — A Petrobras já anunciou que quer sair do setor de refino. Se a estatal não investir no setor, vai faltar combustível no futuro.

A médio e longo prazos, o crescimento futuro do setor, para atender à demanda, fica comprometido. No ano passado, o consumo foi de 2,3 bilhões de barris de derivados. A capacidade de refino era de 2,2 bilhões. Segundo Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da UFRJ, a estatal não tem condição de investir sozinha no setor. É preciso, disse, um ambiente para atrair os investidores: — Com a greve causada pela política de preços da Petrobras, os investidores decidiram esperar até o próximo ano para saber se a atual política da estatal será mantida.

Por isso, a decisão do STF embaralha ainda mais esse cenário. Após a greve dos caminhoneiros, a ANP lançou consulta pública para avaliar mudanças na periodicidade do reajuste dos combustíveis aos consumidores, que hoje é diária para a gasolina. O preço do diesel segue congelado ao consumidor em razão do acordo fechado pelo governo para encerrar a paralisação.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, já havia afirmado que a discussão da periodicidade é necessária já que há um monopólio no refino. Rafael Passos, analista da Guide Investimentos, também destacou a suspensão do processo de venda da TAG: — Os valores relacionados à negociação chegam a US\$ 8 bilhões. Levando em conta que a Petrobras anunciou um plano de desinvestimento na casa dos US\$ 21 bilhões para o período de 2017 e 2018, é um fato que pode comprometer o cumprimento das metas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Com greve, importação de diesel despenca 36,4% em maio, diz ANP

Associação do setor afirma que negócios estão parados desde os protestos

Desde que o governo decidiu tabelar o preço do frete, em decorrência da greve dos caminhoneiros, no fim de maio, as importações de combustíveis foram interrompidas, de acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que reúne cerca de 60% das empresas que compram gasolina e diesel do exterior e revendem no Brasil. Dados da ANP mostram que houve queda de 36,4% nas importações de diesel em maio na comparação com abril.

Segundo Sérgio Araújo, presidente da Abicom, o desempenho já vinha em queda desde dezembro do ano passado, quando a Petrobras passou a vender os combustíveis no Brasil abaixo da paridade internacional, prejudicando, segundo ele, a concorrência com as importadoras de combustíveis. — Desde que o governo, via decreto, decidiu estabelecer o preço de referência abaixo da paridade internacional, as importações foram praticamente a zero.

A revenda de diesel e gasolina no Brasil por essas empresas ficou inviabilizada. Estamos caminhando de volta para o monopólio — disse Araújo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), as importações de diesel caíram 8,3% em maio em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já em comparação ao mês de abril, houve um tombo de 36,4%. No caso da gasolina, a queda chegou a 9,4% na comparação anual e foi de 26% em relação ao mês de abril.

Para a ANP, as empresas privadas são responsáveis hoje por cerca de 90% das importações de diesel e gasolina. Segundo Araújo, os combustíveis importados respondem por 20% a 30% do volume consumido no país. — Desde que a

situação começou a se agravar, iniciamos uma conversa com a ANP de forma a pedir mudanças nesse cenário — alertou o presidente da Abicom, que diz temer que a Petrobras não consiga atender ao consumo com importações.

— Já levamos esse alerta à ANP. O ideal é que o preço do frete leve em conta as cotações internacionais, a margem e os custos de logística. A dúvida é saber se a Petrobras terá a velocidade necessária para importar o mesmo que as empresas privadas. A médio e longo prazos, o risco é estrutural, uma vez que não há previsão de novas refinarias. E, agora, com a decisão da Petrobras de suspender a busca de parceiros no refino, não haverá investidor privado para fazer esses investimentos — disse Araújo.

INICIATIVA AFASTA INVESTIDORES

O consultor David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da ANP, lembrou que o Brasil está importando cada vez mais combustível. Sobre o eventual risco de desabastecimento a curto prazo, ele diz que há dúvida se a Petrobras consegue atender a todo o mercado. — O tabelamento do frete afasta investidores para o refino. Esse tipo de iniciativa beneficia empresas menos competitivas. Não tem como controlar o preço do diesel na bomba. É preciso segurança jurídica para dar maior estabilidade e atrair investidores.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Novo diretor da Aneel é indicação de Sarney

Nome do engenheiro André Pepitone precisa ser aprovado pelo Senado

MANOEL VENTURA

-BRASÍLIA- O presidente Michel Temer indicou o engenheiro André Pepitone para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A indicação, publicada na edição ontem do Diário Oficial da União, ainda precisa ser aprovada pelo Senado. Pepitone já ocupa uma das diretorias da agência, que assumiu em 2010. Se seu nome for aprovado, ele assume a diretoria- geral no lugar de Romeu Rufino, cujo mandato à frente da Aneel termina em agosto.

Embora seja servidor do órgão regulador, ele foi indicado ao cargo pelo senador Edison Lobão (MDB-MA) e pelo ex-presidente e ex-senador José Sarney.

Formado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (UnB), Pepitone atua na Aneel desde 2000. Ele já está em seu segundo mandato na diretoria da agência, o que impediria a recondução. Mas há um entendimento no governo de que o engenheiro pode ser indicado para diretor-geral, por ser um cargo diferente de diretoria simples.

MANDATO A PARTIR DE AGOSTO

O mandato de diretor-geral tem duração de quatro anos, podendo ser reconduzido pelo mesmo período. O atual diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, foi indicado duas vezes para o cargo. Ele tinha apoio da ex-presidente Dilma Rousseff. Seu mandato se encerra em 13 de agosto. Nesse mesmo dia, encerram-se os mandatos de Pepitone e do diretor Tiago de Barros Correia. Também foi publicada no Diário Oficial da União ontem a indicação de Efrain Pereira da Cruz para ocupar a vaga de diretor da Aneel, no lugar de Pepitone.

Efrain é diretor de gestão das distribuidoras da Eletrobras em Rondônia e no Acre, e a indicação dele também precisa ser aprovada pelo Senado. Pereira da Cruz seria indicação do senador Valdir Raupp (MDB-RO).

AINDA RESTA UMA VAGA

Com as definições, restará uma vaga para ser preenchida na Aneel. Neste ano, já assumiram cargos na agência Sandoval de Araújo Feitosa, servidor da Aneel também apoiado por Lobão e Sarney, e Rodrigo Limp Nascimento, consultor legislativo da Câmara apoiado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

Com o quinto nome, o presidente Michel Temer terá indicado todos os cinco diretores da Aneel em seu último ano de mandato. Por decisão da Aneel, está em vigor a cobrança da bandeira tarifária vermelha no patamar 2. Com isso, as contas de luz continuarão com a cobrança extra de R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em junho, a bandeira vermelha 2 também foi aplicada. Ela é a mais cara. Para manter a bandeira, a agência informou que houve aumento do preço da energia elétrica no mercado de curto prazo e redução da geração hidrelétrica, devido ao nível mais baixo dos reservatórios das usinas. Quando chove menos, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios, e é necessário acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira tarifária fica amarela ou vermelha.

Especialistas avaliam que a bandeira vermelha deve permanecer até outubro, com a possibilidade de ser estendida até dezembro, caso as chuvas não sejam suficientes para regularizar o patamar das hidrelétricas.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Câmara aprova urgência para distribuidoras**

Votação de projeto de lei vai facilitar privatização de subsidiárias da Eletrobras

BRASÍLIA- A Câmara dos Deputados aprovou ontem o requerimento para acelerar a votação do projeto de lei que facilita a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras que operam nas regiões Norte e Nordeste do país. Com a aprovação do regime de urgência, a proposta pode ser votada diretamente pelo plenário, sem passar por comissões da Câmara. A urgência foi aprovada por 226 votos a favor e 48 votos contrários.

Altamente deficitárias e com problemas operacionais, as seis distribuidoras da Eletrobras atuam em Alagoas, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí. O projeto viabiliza a privatização ao reduzir incertezas sobre os passivos das empresas. Há dúvida, porém, se as empresas serão afetadas pela liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que proibiu venda de estatais sem aval do Congresso. A Eletrobras tenta privatizar as empresas desde 2016.

O leilão está previsto para o dia 26 deste mês, e, se as distribuidoras não forem privatizadas até o fim deste ano, elas serão liquidadas. O papel do projeto de lei é resolver pendências jurídicas que podem afastar investidores do leilão e proporcionar mais atratividade para as empresas, que estão entre as de pior desempenho do país, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O projeto de lei prorroga, de 2018 para 2019, o prazo para o governo aportar R\$ 3,5 bilhões na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os recursos destinam-se a cobrir as despesas das termelétricas que atuam nos sistemas isolados (não conectados ao resto do país) com a compra de combustível, requisito considerado essencial para tornar as quatro distribuidoras da região Norte atraentes.

(Manoel Ventura)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Após STF, Petrobras suspende venda de refinarias**

Rio de Janeiro- A liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) que determina aprovação do Congresso para privatizações levou a Petrobras a suspender quatro processos de vendas de ativos, colocando ainda mais em risco sua meta de desinvestimentos em 2018.

A estatal paralisou as negociações para a venda de participações em refinarias e na TAG (empresa que controla a malha de gasodutos do Norte e Nordeste) e da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados.

As refinarias e a TAG são vistas por analistas como os ativos com maior potencial de receita para a estatal, que pretende captar até US\$ 21 bilhões (R\$ 82 bilhões) com o plano de vendas no biênio 2017-2018.

Os dois processos, porém, já vinham enfrentando obstáculos. Negociada com a francesa Engie, a operação de venda da TAG foi suspensa por liminar judicial obtida por petroleiros na justiça Federal de Pernambuco em junho.

No caso das refinarias, as negociações dependem da conclusão de consulta pública da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) sobre periodicidade de reajustes de combustíveis no país.

O período para contribuições foi encerrado na segunda-feira (2), mas uma proposta final só deve sair em meados de agosto. Sem definição, a precificação dos ativos é mais incerta.

As negociações envolvem duas empresas de refino, cada uma com duas refinarias, terminais e dutos. A Petrobras quer transferir 60% de cada uma.

Os processos de venda suspensos foram iniciados entre setembro de 2017 e abril de 2018. No último dia 27, porém, o ministro do STF Ricardo Lewandowski concedeu liminar que proíbe privatizações ou venda do controle acionário de subsidiárias ou controladas de estatais sem anuência do Legislativo.

"A Petrobras está avaliando medidas cabíveis em prol de seus interesses e de seus investidores e reforça a importância do Programa de Parcerias e Desinvestimentos para a redução de seu nível de endividamento", disse a estatal em comunicado ao mercado.

A decisão, porém, vai em sentido oposto a estudos da ANP e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), para tentar ampliar a competição no setor de refino, hoje dominado pela Petrobras.

A liminar de Lewandowski respondeu a ação movida por trabalhadores da Caixa, mas atingiu diretamente os planos para o setor de energia. Além da Petrobras, a Eletrobras pode ter dificuldades para vender ativos.

O processo de privatização de seis distribuidoras ligadas à estatal ainda enfrenta obstáculos no Congresso, mas já agendou o leilão para o dia 26.

As companhias foram transferidas à Eletrobras após o processo de privatização nos anos 1990, quando não receberam interesse de grupos privados, e hoje dão prejuízos bilionários à estatal.

"Como o governo publica um edital antes mesmo da aprovação no Congresso?", questiona o advogado Cláudio de Souza Neto, que representa empregados da Eletrobras em ações sobre o tema no STF.

"O texto [de Lewandowski] é claramente direcionado à Eletrobras, mas a amplitude que se deu acabou pegando outros ativos", diz Livia Amorim, pesquisadora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV/Rf e do escritório Souto Correa Advogados.

A venda da parte da Petrobras na Braskem, porém, não seria atingida pela liminar de Lewandowski.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata e Flavia Lima

Título: Conta de luz mais cara deve elevar inflação em 0,5 ponto

Reajuste da Eletropaulo fica acima do esperado, e projeção nacional vai a 14%

São Paulo- O aumento na conta de luz deste ano deve atingir uma média de 14% no país, acima do esperado por analistas, adicionando 0,5 ponto percentual à inflação medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 2018.

Nesta segunda-feira (3), a Aneel (agência reguladora do setor elétrico) autorizou um reajuste ainda mais salgado nas contas da Eletropaulo: 15,84%, valor que passa a valer já nesta quarta-feira (4).

Tal como nas tarifas dos demais estados, a alta da distribuidora paulista ficou acima das projeções — que giravam entre 9,1% e 11,5% —, o que acabou pesando bastante no movimento de elevação das previsões de tarifa para o ano.

A avaliação geral é que a energia elétrica seguirá nos próximos meses como um dos principais fatores de pressão inflacionária, ainda que a inflação, de modo geral, esteja em níveis considerados baixos. Em 12 meses, até junho, o IPCA gira ao redor de 3,7%.

Um ponto importante é que, bastante superiores à inflação, os preços da energia elétrica pesam muito no bolso do consumidor, em especial o de baixa renda. O que faz com que ele sinta menos a inflação cheia em níveis mais baixos.

Só o reajuste da Eletropaulo deverá adicionar 0,14 ponto sobre o IPCA de 2018, a maior parte disso sentida em julho, diz Thiago Curado, economista da consultoria 4E.

Isso após a taxa de inflação prévia mais alta registrada em junho nos últimos 20 anos, influenciada também pela paralisação dos caminhoneiros, iniciada no fim de maio.

Desde o fim do ano passado, o mercado já previa reajustes fortes nas tarifas das distribuidoras de energia, mas as altas têm superado as projeções.

A consultoria GV Energy projetava alta de 10% na tarifa média para o Brasil neste ano.

Segundo Helder Sousa, diretor da TR Soluções, a expectativa era de um aumento de 9,4%, percentual que foi revisado para 14% após os últimos reajustes autorizados. Alta do preço se deve a falta de chuvas e erro de projeção

A escassez hídrica é apontada como um dos principais motivos para os reajustes mais acentuados.

Quando a geração de energia hidrelétrica fica abaixo do projetado, as distribuidoras precisam compensar o déficit comprando energia no chamado mercado de curto prazo — no qual o preço é volúvel e, em geral, mais caro, pois implica o acionamento de usinas termelétricas.

As chamadas bandeiras tarifárias (adicionais na conta de luz) são um mecanismo para compensar esses gastos extras das distribuidoras e antecipar o reajuste, de forma mais parcelada, já que as bandeiras são aplicadas mês a mês.

"A restrição hídrica, porém, foi tão forte que as bandeiras não foram suficientes para compensar esse maior acionamento das térmicas", afirmou Pedro Machado, sócio da GV Energy.

Na prática, o atual reajuste na conta de luz da Eletropaulo chegaria a quase 23% se não fossem pelos valores adicionais que já têm sido cobrados por meio das bandeiras tarifárias nos últimos meses.

Outro componente determinante para os fortes aumentos é a elevação do preço pago pelas distribuidoras para comprar energia.

Isso se deve em parte por um erro de projeção das distribuidoras na hora de dimensionar a demanda por energia, afirma Laura Souza, da área de energia do Machado Meyer.

"Houve um cálculo modesto da necessidade de compra de energia no passado, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde os reajustes foram mais altos", diz ela.

Essa compra de energia ocorre em leilões, organizados pelo governo, e nos quais a distribuidora tem a opção de participar ou não — em geral, são fechados contratos para a entrega de energia em prazos que variam de dois a seis anos.

Cabe à distribuidora gerenciar a aquisição de mais ou menos contratos para atender a demanda futura, embora as empresas não tenham controle total da energia que será comprada, pois não escolhem os termos do leilão.

Quando essa equação não é feita com eficiência, a empresa pode ter sobras ou escassez de energia para abastecer a população — nesses casos, pode ter gastos extras e repassar parte do erro de cálculo à conta de luz.

O aumento do custo de compra da energia foi justificado pelo diretor da Aneel, André Pepitone, pela alta do dólar, que elevou o preço da energia comprada da usina de Itaipu, e por uma revisão tarifária ocorrida recentemente.

Um terceiro fator relevante para o aumento é a alta dos subsídios que estão incluídos na conta de luz — que custeiam desde tarifas sociais para famílias pobres até a compra de combustível fóssil para gerar energia em regiões isoladas no Norte do país.

Um dos subsídios que mais pesou no aumento no último ano foi aquele dado às fontes de energia renováveis, como a eólica, afirma Machado, da consultoria GV Energy.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor: Vinicius Neder

Título: Decisões judiciais complicam a recuperação financeira da Petrobrás

Plano de negócios. Com a liminar do STF que determina que as privatizações sejam aprovadas no Congresso, a companhia decidiu suspender a venda de alguns ativos; no último mês, a empresa também perdeu uma ação trabalhista e uma arbitragem

Uma série de decisões judiciais nos últimos meses complica a trajetória de recuperação da Petrobrás — que, no início de maio, chegou a registrar o maior valor de mercado de sua história. Desde o mês passado, a empresa foi derrotada em uma ação trabalhista de R\$ 15 bilhões, perdeu um processo de arbitragem internacional de R\$ 2,4 bilhões e está vendo seu programa de venda de ativos definhar.

Ontem, a companhia anunciou que vai suspender os processos de venda de quatro refinarias e de sua participação em uma fábrica de fertilizantes e em um gasoduto, o que deve frustrar a meta de desinvestimento prevista para 2017 e 2018, de US\$ 21 bilhões.

Desse total, apenas US\$ 4,8 bilhões entraram no caixa da petroleira. A maré de más notícias inclui também o movimento dos caminhoneiros que levou a pressões políticas sobre a Petrobrás, culminando com mudanças na política de preços da companhia e na demissão do então presidente, Pedro Parente, que foi substituído por Ivan Monteiro.

Desde o início da greve dos caminhoneiros, as ações da Petrobrás acumulam queda de 30%, o que representa uma perda de R\$ 112 bilhões em valor de mercado. O anúncio de ontem é uma resposta à decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que entende que

privatizações precisam ser aprovadas pelo Congresso. Foram suspensas as vendas de participações em quatro refinarias, do controle da Transportadora Associada de Gás (TAG), que opera um sistema de gasodutos de 4,5 mil km, e da Araucária Nitrogenados, unidade de fertilizantes.

A venda da TAG, que poderia render entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões aos cofres da estatal, já estava suspensa por decisão judicial desde o início do mês passado. Internamente, a direção da Petrobrás reconhece que a decisão do STF torna mais difícil atingir a atual meta de desinvestimento, mas não entregou os pontos.

Segundo uma fonte ouvida pelo Estadão / Broadcast, há ativos que podem ficar de fora do escopo definido por Lewandowski, como a participação minoritária na petroquímica Braskem e fatias minoritárias em blocos de exploração. Para Helder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor da UFRJ, o ambiente já tinha piorado antes da decisão do STF, tomada na semana passada.

O cenário externo está mais adverso e o ambiente político piorou, após a greve dos caminhoneiros, cuja saída mexeu na política de preços da Petrobrás – o reajuste diário do diesel, em alta desde 2017, era uma das insatisfações dos caminhoneiros. “A Petrobrás vai ter de revisar seu plano de negócios.” “A suspensão da venda da TAG é a que mais afeta negativamente, com impacto direto na meta de desinvestimento”, disse Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

No mercado, a avaliação é de que a situação da Petrobrás pode piorar, pois outros ativos poderão ser afetados pela decisão do STF. Luiz Caetano, da Planner Corretora, pondera que, como a estatal equilibrou as finanças nos últimos anos, não há consequências drásticas no curto prazo, mas o atraso no programa de venda de ativos “certamente atrapalha” a redução da dívida. Outras decisões recentes, segundo Helder Queiroz, trazem insegurança ao ambiente de negócios.

Na segunda-feira, uma operadora americana de sondas de perfuração de poços venceu um processo de arbitragem no valor R\$ 2,4 bilhões contra a estatal. No fim de junho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que os funcionários da Petrobrás têm direito ao pagamento de abonos salariais definidos em um acordo coletivo originalmente firmado em 2007, um total de R\$ 15 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conta de luz fica 15% mais cara em SP

Aumento na tarifa da Eletropaulo foi autorizado pela Aneel e ficou acima do esperado por analistas de mercado; reajuste deve afetar inflação

As tarifas dos clientes da Eletropaulo terão reajuste médio de 15,84% a partir de hoje. Os clientes residenciais terão aumento de 15,08%, enquanto aqueles conectados à alta tensão, como indústrias, terão alta de 17,67%. A Eletropaulo atende a 7,2 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana de São Paulo. O aumento das tarifas é autorizado uma vez por ano e não está relacionado à venda do controle da empresa, que pertencia ao grupo norte-americano AES, para a italiana Enel.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que o reajuste reflete o aumento dos custos com a compra de energia. “Não é um ponto fora da curva. Os reajustes têm se encaminhado mais ou menos nessa ordem de grandeza.” O aumento autorizado, no entanto, surpreendeu analistas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast, que esperavam aumento de até 10%.

A elevação deve ter impacto entre 0,16 e 0,19 ponto porcentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano. Economistas do mercado financeiro estimam que a mediana do IPCA de 2018 fique em 4,03%, segundo o Relatório de Mercado Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira.

Inflação.

Apesar do susto, os especialistas ainda aguardam o resultado do IPCA de junho, que será divulgado na sexta-feira, e terá forte pressão sobretudo nos preços de alimentos e de combustíveis, em decorrência dos efeitos da greve dos caminhoneiros, no fim de maio. A expectativa é que esses impactos se dissipem e a inflação volte a apresentar comportamento menos desfavorável nos próximos meses.

O desempenho dos preços de energia, item que tem peso de quase 3,5% na inflação, deve continuar no centro das atenções, especialmente em razão das incertezas com relação ao período de seca. A Aneel manteve em julho a bandeira vermelha 2, que inclui a cobrança de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Em maio, a bandeira era amarela, cuja taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 kWh.

COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E THAÍS BARCELLOS, DE SÃO PAULO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: REUTERS****Título: Eletropaulo recebe R\$ 900 mi da Enel**

A distribuidora de energia paulista Eletropaulo fechou acordo com sua controladora, a italiana Enel, pelo qual receberá R\$ 900 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital, segundo ata de reunião do Conselho de Administração da empresa, divulgada ontem. A Enel havia se comprometido a realizar em até 30 dias um aumento de capital que resulte em aporte de pelo menos R\$ 1,5 bilhão na Eletropaulo após fechar a aquisição do controle da elétrica, no mês passado.

A Enel pagou R\$ 5,55 bilhões por uma fatia de mais de 70% na Eletropaulo, em negócio realizado por meio de uma oferta primária de aquisição. A elétrica tinha como principais acionistas a norte-americana AES e o BNDESPar, braço de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que venderam suas participações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: FERNANDO NAKAGAWA e JULIA LINDNER,****Título: Ex-Petrobrás, Parente critica gestão pública**

Um mês após deixar a presidência da Petrobrás no polêmico episódio da redução dos preços dos combustíveis para colocar fim à greve dos caminhoneiros, Pedro Parente fez ontem críticas à governança pública e ao fragmentado modelo político brasileiro, que resulta em aparelhamento de órgãos que deveriam ser pautados pelas decisões técnicas. “

Não sou otimista sobre o assunto.” “O planejamento e a gestão pública não existem porque existem 26 partidos representados. E a pergunta que vem é: essa é melhor maneira de gerir?”, disse o expresidente da Petrobrás, agora no

comando da BRF, durante debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

No discurso de abertura no evento, o presidente Michel Temer elogiou Parente, apesar de ele ter deixado a estatal. “Há dois anos, a Petrobrás representava um exagero, quase um palavrão, e Parente foi lá para recuperá-la e o fez ao longo desse período.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: STF atinge Petrobras

A decisão cautelar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que questiona dispositivos da Lei das Estatais, segue provocando estragos. Além de ameaçar as privatizações do setor elétrico, a determinação, que obriga aprovação do Legislativo para a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de subsidiárias ou controladas, atingiu em cheio a Petrobras. Ontem, a estatal suspendeu processos competitivos para formar parcerias na área de refino.

Em nota sobre fato relevante, a petrolífera informou que avalia medidas cabíveis para assegurar os seus interesses e de investidores. Segundo a empresa, os processos para formação de parcerias, divulgados em abril deste ano, compreendem a alienação de 60% das refinarias Landulpho Alves x), na Bahia, e Abreu e Lima, em Pernambuco, bem como das refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, por meio da criação de subsidiárias e posterior alienação das ações. “A oferta engloba ainda ativos de transporte e logística integrados a estas unidades”, explicou.

“Tais processos competitivos fazem parte do reposicionamento estratégico da Petrobras no segmento de refino, transporte e logística em linha com o Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, que prevê o estabelecimento de parcerias e desinvestimentos como uma das principais iniciativas para mitigação de riscos, agregação de valor, compartilhamento de conhecimentos, fortalecimento da governança corporativa e melhora da financiabilidade da empresa”, afirma a nota.

A Petrobras também suspendeu os processos envolvendo desinvestimentos na Araucária Nitrogenados e a alienação de 90% das ações da subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG).

Class action

Ainda ontem, a companhia anunciou que depositou a segunda parcela do acordo para encerrar a class action nos Estados Unidos, no valor de US\$ 983 milhões. A Petrobras pagou a primeira parcela, de US\$ 983 milhões, em março deste ano, e deverá depositar a última, de US\$ 984 milhões, até 15 de janeiro de 2019. No total, a estatal deve desembolsar US\$ 2,95 bilhões, o equivalente a R\$ 11 bilhões, para evitar que investidores norte-americanos levem adiante uma ação coletiva na corte federal de Nova York. Os detentores de papéis da Petrobras querem ser ressarcidos por prejuízos provocados pela corrupção na empresa. “A companhia reitera que o acordo não constitui admissão de culpa ou de prática de atos irregulares pela Petrobras, reconhecida pelas autoridades brasileiras como vítima dos fatos revelados pela Operação Lava-Jato”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Raquel di Cunto

Título: Gasolina volta a subir nos postos do DF

Quem não aproveitou esse solução na alta do preço dos combustíveis deve correr, pois a Petrobras anunciou novo aumento da gasolina nas refinarias e os postos do DF já começaram a remarcar. Os valores que na última sexta-feira foram acrescidos de 1,23% nas distribuidoras, sofreram nova elevação ontem, de 1,01%. Dez dos 30 estabelecimentos pesquisados pelo Correio já subiram os preços. Até os da EPTG, que vendiam o litro a R\$ 4,15, em 29 de junho, elevaram o valor para R\$ 4,29, uma alta de 3,4%.

No Plano Piloto, é possível encontrar a gasolina sendo vendida por R\$ 4,79. No entanto, na maior parte dos postos pesquisados na Asa Norte e Asa Sul, os preços se mantêm por volta de R\$ 4,38. Com a volatilidade do dólar e da commodity, a dica continua sendo procurar pelos preços mais baixos. Segundo a sócia da área de defesa da concorrência do L.O. Baptista Advogados, Patrícia Agra, essa postura estimula a concorrência. “O melhor jeito para o consumidor se defender é na concorrência. Isso gera preço baixo”, explicou.

Surpresa

A servidora pública Fabiana Conte, de 32 anos, já começou a refazer sua planilha de gastos com os novos preços da gasolina. Ela vê com surpresa a alta nos preços após a greve. “Eu achei que ia baixar não só o valor do diesel, como o da gasolina. Acho que eu estava errada”, lamentou. Fabiana dirige um Suzuki Jimny amarelo que comprou para fazer viagens em estrada de terra e trilhas. “Eu costumava usar esse carro para fazer muitas trilhas. Com o preço da gasolina, comecei a cortar as viagens. Agora, vou cortar mais ainda”, lamentou.

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raquel di Cunto

Título: Governo manobra por urgência da Eletrobras

Sem votos suficientes, o governo fez uma manobra regimental para aprovar ontem requerimento de urgência que permitirá votar hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto de lei que autoriza a venda de seis distribuidoras de energia deficitárias da Eletrobras. A oposição protestou e ameaçou recorrer à Justiça.

O governo corria o risco de não ter os 257 votos necessários para aprovar a urgência. A oposição está contra, deputados dos Estados das seis distribuidoras que serão vendidas estão resistentes à proposta e o quórum está baixo por causa da proximidade com a eleição e a Copa do Mundo. Sem a urgência, o projeto teria que passar pelas comissões, o que praticamente inviabilizaria a realização dos leilões este ano.

Com aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governo manobrou para aprovar outro tipo de requerimento de urgência, que exige apenas maioria simples (apoio de metade dos presentes, com quórum mínimo de 257, o que pode, no limite, ser apenas 129 votos a favor de acelerar a matéria).

Esse segundo tipo de urgência, contudo, é limitado a um número pequeno de projetos ao mesmo tempo e que já estava estourado. Para apressar a tramitação da Eletrobras, a Câmara aprovou, por 237 votos a 27, a extinção da urgência de um projeto de 1999 que proibia a importação de pit bulls e rotweillers.

A oposição protestou e tentou impedir a votação. "Esse requerimento não tem validade presidente. Isso é uma manobra regimental e não podemos admitir que parte do setor elétrico brasileiro seja vendido dessa forma", criticou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Maia defendeu que, assim como a Câmara poderia dar urgência, também poderia tirar.

Com a manobra para levar o texto ao plenário, o governo pretende abrir caminho para a votação do projeto hoje no plenário da Câmara. O requerimento de urgência ao PL da Eletrobras acabou aprovado ontem à noite por 226 a 48 - confirmando o receio do governo de que não teria os 257 votos.

A urgência abre caminho para aprovação do mérito da proposta no plenário, onde a votação será apenas por maioria simples por se tratar de projeto de lei ordinária. A dificuldade do governo será garantir o quórum - a oposição promete obstruir a votação na Câmara e há divergências na base aliada - e conseguir convencer o Senado Federal a aprovar o texto em menos de uma semana para garantir a segurança jurídica do leilão, previsto para 26 de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Abertura do mercado de energia e o consumidor residencial

Como última sinalização ao governo na busca pela implementação de uma agenda proativa de reformas no setor elétrico, o ex-ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, enviou à Casa Civil, ainda em fevereiro, minuta de Projeto de Lei que aprimora o setor elétrico. A proposta, cuja publicação se daria, originariamente, por medida provisória, foi precedida da Consulta Pública nº 33, oportunidade na qual agentes e instituições do setor elétrico apresentaram suas contribuições.

Embora não possa ser considerada um "novo modelo", a minuta do PL da reforma do setor busca alterar cirurgicamente o ambiente regulatório, severamente abalado pelo canetaço tarifário oriundo da MP 579.

Contudo, em razão da dificuldade em se aprovar no Congresso o aperfeiçoamento do setor elétrico em ano eleitoral - veja-se, a exemplo, a caducidade da MP 814 -, optou-se por apensar a proposta a outro projeto de lei já em andamento na Câmara dos Deputados, que trata da portabilidade da conta de luz (PL 1917/15). A exemplo do que já ocorre atualmente com os grandes consumidores - indústrias, shopping centers, supermercados, dentre

outros -, o PL da portabilidade da conta de luz busca reduzir os limites para ingresso no Mercado Livre de energia elétrica, de forma a possibilitar a escolha do fornecedor de eletricidade também para os demais consumidores.

A abertura do mercado, inclusive, é um dos pilares centrais da proposta de aperfeiçoamento do setor elétrico. Embora desde 1995, por meio da Lei nº 9.074, exista a previsão legal para a abertura progressiva do mercado de energia elétrica, apenas agora, em 2018, o tema parece ter encontrado ambiente político propício ao debate.

A proposta prevê uma redução gradual de carga - 2020 a 2026, com redução saindo de 2000 kW e chegando a 300 kW - para todos os consumidores atendidos em alta e média tensão, o que inclui indústrias e comércios de médio porte. Quanto aos consumidores residenciais, atendidos em baixa tensão, a proposta joga para 2022 a realização de estudos, com o fim de avaliar a viabilidade técnica, social e econômica de abertura do mercado também para essa classe de consumo.

Mais ousado, o PL da portabilidade da conta de luz permite já em 2020 que consumidores residenciais comprem eletricidade diretamente de geradores de energia a partir de fontes renováveis, e, em 2022, de quaisquer agentes geradores, independentemente da fonte.

A baixa adesão à tarifa branca já indica a falta de disposição dos consumidores em alterar seus hábitos

Em tese, um aumento da concorrência entre fornecedores de energia elétrica pressionaria os preços de energia para baixo, em benefício dos consumidores. Contudo, para além da mera redução do limite de carga para migração de consumidores para o mercado livre, há algumas questões adjacentes - mas tão importantes quanto - que necessitam ser endereçadas.

Uma primeira questão que precisa ser superada é de ordem sociocultural. Precipitadamente, parte-se da premissa de que consumidores residenciais desejam ou se importam em escolher seu fornecedor de eletricidade. Considerando que a preocupação dos consumidores com a eletricidade é, em geral, "do interruptor para frente", talvez aos consumidores não interesse monitorar o preço da eletricidade de forma contínua, buscar se informar quanto às fontes de energia e pesquisar fornecedores. Há consumidores que escolhem não querer escolher, os quais não podem ser punidos com preços menos competitivos em um cenário onde a obtenção de tarifas de eletricidade mais em conta dependa da busca por informações do mercado e interesse no setor elétrico.

A baixa adesão à tarifa branca - regime tarifário onde o preço da eletricidade varia ao longo do dia, de forma a induzir redução de consumo e deslocamento da carga para horários fora de pico - já indicaria a falta de disposição dos consumidores em alterar seus hábitos relacionados à eletricidade. Outro teste interessante tem-se com o projeto-piloto de resposta da demanda, por meio do qual certos consumidores industriais são remunerados por não consumir eletricidade em períodos solicitados pela distribuidora de energia local.

Em segundo lugar, há uma questão de ordem tecnológica que lentamente vem sendo tratada pela Aneel: implantação dos medidores inteligentes de energia. A possibilidade de escolha quanto ao fornecedor passa necessariamente pelo acesso à informação, o qual depende da instalação de medidores de eletricidade que meçam não apenas o consumo e a potência contratada, mas também informem os consumidores quanto ao preço da eletricidade em intervalos de tempo regulares, vigência das bandeiras tarifárias, dentre outras funcionalidades. Para a abertura do mercado, entende-se que as exigências regulatórias de medição para o Mercado Livre também devem ser flexibilizadas, de forma a simplificar - e baratear - a migração.

Embora a proposta de aprimoramento do setor elétrico já tenha sido precedida de consulta pública, ainda há muito a ser percorrido no Congresso. O PL não está livre de sofrer emendas e ser alvo da costumeira morosidade legislativa em ano eleitoral, não sendo exagero afirmar que as discussões estão apenas começando.

É louvável que haja audiências públicas com entidades e instituições do setor nas Casas Legislativas, de forma a oferecer aos parlamentares a exata dimensão e importância do aprimoramento setorial, em tempos não apenas de atualização e modernização regulatória do modelo, mas também de advento de tecnologias disruptivas e redistribuição de papéis dos agentes, em especial as distribuidoras e consumidores finais.

Rosane Menezes e Lucas Noura Guimarães são, respectivamente, sócia da área de Infraestrutura e advogado da área de energia do Madrona Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras para venda de quatro ativos após liminar do STF

Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, está incluída no polo Sul de refino colocado à venda pela Petrobras

A Petrobras suspendeu a venda de quatro dos principais ativos de sua carteira de desinvestimentos. A decisão de interromper a negociação dos polos de refino do Sul e do Nordeste, da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR) e da Transportadora Associada de Gás (TAG) foi tomada depois que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar, na semana passada, proibindo a venda do controle de estatais - e suas subsidiárias - sem o aval do Congresso.

A suspensão acontece num momento crítico para o andamento do programa de parcerias e desinvestimentos da petroleira, já que a empresa tem pela frente um cronograma apertado para concluir uma série de negociações em curso e, assim, cumprir sua meta de levantar US\$ 21 bilhões com venda de ativos no biênio 2017/2018.

A Petrobras ainda precisa vender cerca de US\$ 16 bilhões até o fim do ano para atingir a meta. A empresa possui outros 12 pacotes de ativos à venda, mas a TAG e as refinarias eram justamente os negócios com maior potencial de receitas dentro da carteira de desinvestimentos. O UBS estima que só a TAG poderia render entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. As refinarias do Sul e Nordeste, por sua vez, poderiam gerar até US\$ 5 bilhões, estima um banco de investimentos.

A expectativa é que, com a decisão de Lewandowski, a Petrobras perca ao menos um mês nos trâmites dos negócios. O andamento do programa de parcerias e desinvestimentos da Petrobras vem sendo monitorado com atenção dentro da administração da empresa.

Segundo uma fonte, a suspensão das negociações das refinarias, da Fafen Araucária e da TAG preocupa, mas o assunto ainda é encarado com calma, porque ainda há possibilidade de reversão da decisão no plenário do STF.

A mesma fonte lembra que a venda da TAG, por exemplo, já estava em fase bastante avançada, prevista para ser fechada ainda em julho. Além do revés no STF, contudo, a negociação também esbarra em processos na Justiça. A venda do ativo, que reúne a malha de gasodutos das regiões Norte e Nordeste, já estava suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em ação movida por representante dos sindicatos dos petroleiros na Justiça.

A negociação da TAG estava em fase bastante avançada, com previsão de ser fechada ainda em julho

Segundo um analista de um grande banco consultado pelo Valor, as notícias recentes dão sinais ruins para investidores, porque lançam novas incertezas sobre a capacidade da estatal de cumprir suas metas. Ele lembra que o atual plano de venda de ativos já havia atrasado anteriormente, em função dos questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), mas que depois que a petroleira reviu sua sistemática, para atender às exigências do órgão de controle, as incertezas haviam se dissipado.

O programa de venda de ativos é um dos pilares da estratégia de redução de dívidas da companhia, que assumiu o compromisso de baixar sua alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos atuais 3,5 vezes para 2,5 vezes até o fim do ano.

O mesmo analista lembra que o mercado já precificava as incertezas relacionadas às vendas das refinarias, depois que o governo anunciou o programa de subvenção dos preços do diesel. Ele destaca, porém, que a decisão de Lewandowski aumentou as preocupações, ao abrir brechas para questionamentos sobre o andamento de outros ativos à venda.

Ontem, as ações PN da empresa fecharam o dia com uma queda de 0,66% (R\$ 19,55), enquanto as ON encerraram o pregão com baixa de 1,37% (R\$ 17,23).

Na semana passada, ao comentar a decisão do ministro do STF, o sócio da Cescon Barriau, Rafael Baleroni, já havia afirmado que a liminar trazia inseguranças e poderia influenciar nos julgamentos de uma série de ações civis públicas contrárias as negociações envolvendo a venda de ativos.

"Uma decisão dessas, mesmo uma cautelar do STF, tem poder de influência sobre decisões de instâncias superiores. Cria uma cautela nas instâncias inferiores", disse o advogado, em referência a uma série de ações ajuizadas por representantes dos sindicatos dos petroleiros contra a venda de ativos da Petrobras.

Já o Bradesco BBI havia alertado que o programa de venda de ativos da estatal pode se tornar "excessivamente burocrático" caso envolva o aval do Congresso.

Segundo a Petrobras, a companhia está "avaliando medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores". A empresa reforça que o programa de parcerias e desinvestimentos é importante "para a redução do seu nível de endividamento e geração de valor através da gestão de portfólio". (Colaboraram Ivan Ryngeblum e Luísa Martins, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:**Título: ANP recebe 179 sugestões sobre reajuste de combustível**

A ANP recebeu 179 e-mails com sugestões de 115 instituições e pessoas físicas, no âmbito do processo de tomada pública de contribuições sobre a periodicidade dos reajustes dos combustíveis no Brasil. O diretor da autarquia Dirceu Amorelli disse que serão necessários de 15 a 30 dias para a agência analisar todas as manifestações.

Amorelli explicou que só depois a agência vai decidir o que entrará em consulta, ou não. O resultado da análise será divulgado e caberá à diretoria colegiada decidir os termos de uma minuta estabelecendo novos prazos.

Segundo a agência, o objetivo da tomada pública foi colher subsídios para discutir a conveniência de se estabelecer uma periodicidade mínima para o repasse do reajuste do preço dos combustíveis.

Desde julho de 2017, a Petrobras adotou estratégia de corrigir diariamente os preços da gasolina e do diesel nas refinarias, em linha com o mercado internacional. O aumento dos preços nos últimos meses, porém, provocou uma greve dos caminhoneiros nas duas últimas semanas de maio, que afetou severamente a economia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner****Título: Shell tem 65% de conteúdo local nos 20 maiores contratos**

Petroleiras que operam no Brasil começam a mostrar dados sobre compras de equipamentos e serviços nacionais como demonstração de que a regra de conteúdo local não perdeu importância. Depois da Equinor (ex-Statoil), ontem foi a Shell quem informou ter comprado R\$ 700 milhões anuais, em média, nos 20 maiores contratos da empresa assinados no Brasil. Segundo André Araujo, presidente da Shell Brasil, o conteúdo local desses contratos é de 65%. Se forem considerados os dez maiores contratos, o conteúdo local é de 61%.

A Shell investiu R\$ 170 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil em 2017 e, segundo o executivo, o volume será maior em 2018. A empresa

também está atenta a oportunidades de investimento em energias renováveis no Brasil. Segundo Araujo, "não é possível pensar" em não atingir as metas de redução das emissões previstas no Acordo de Paris, observando que a indústria passa por um momento de transição energética.

Ele também destacou o contrato assinado com a Petroserv, para afretamento de uma sonda de perfuração para a área do Parque das Conchas. "Foi a primeira sonda nacional da nossa história."

No mundo, o investimento anual da companhia em P&D é de US\$ 1 bilhão. Um dos objetivos da Shell neste ano é usar verbas de P&D para investir em startups. O executivo reiterou a importância da operação no país, que já responde por 50% do petróleo que produz em águas profundas.

A Shell produziu 730 mil barris de óleo equivalente (boe) no primeiro trimestre, dos quais 360 mil no Brasil. Ao mencionar as mudanças regulatórias no setor realizadas no país, Araujo destacou o aumento do número de competidores, que trouxe multioperadores para o pré-sal, onde antes só a Petrobras poderia atuar nessa condição.

"A gente olha e fala que [o Brasil] está ficando muito caro", brincou. "Mas é salutar ter uma indústria muito robusta". Sobre a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal que levou a Petrobras a suspender o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) e da Fábrica de Nitrogenados em Araucária, ele disse que ainda não é possível avaliar as consequências. "É tudo ainda muito recente. Não tenho muita certeza do que faz parte e do que não faz parte [da decisão]. Não está claro ainda", explicou o executivo, que participou ontem do lançamento da Rio Oil & Gas 2018, marcada para setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Renato Rostás

Título: Aneel multa Cemig em R\$ 12,4 mi por falha técnica

A Cemig terá um prazo de dez dias para apresentar sua defesa no processo aberto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por desconformidade no cálculo dos indicadores técnicos de continuidade do serviço de fornecimento de energia em 2016. A empresa recebeu na segunda-feira auto de infração da

autarquia, determinando o recálculo dos indicadores e uma multa no valor de R\$ 12,4 milhões, pela irregularidade. A companhia mineira informou que iria recorrer da decisão.

Conforme antecipado em março pelo Valor, a área técnica da Aneel estava avaliando os indicadores técnicos de continuidade do serviço de fornecimento de energia de 2016 e 2017 reportados pela Cemig. Na época, a agência suspeitava de irregularidades nos indicadores e possível necessidade de correção dos números. Foi essa fiscalização que resultou na emissão do auto de infração de R\$ 12,4 milhões.

Na ocasião, a Cemig havia informado que os indicadores "vêm periodicamente sendo fiscalizados de acordo com os procedimentos de rotina da Aneel, como acontece todos os anos" e que os números apurados em 2016 e 2017 "cumpriram os limites estabelecidos pela agência reguladora". Em relação ao auto de infração recebido na segunda-feira, a Cemig informou que "entrará com recurso através da via administrativa, a partir do entendimento que calcula de forma adequada os indicadores".

Os indicadores em questão são os de Duração e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC e FEC), que calculam a quantidade de vezes e de horas, respectivamente, que o serviço de fornecimento de energia foi interrompido.

Depois que a Cemig apresentar seu recurso no processo, a Aneel irá analisar a argumentação da companhia, para determinar se mantém a indicação de punição. Em seguida, o assunto será levado para análise pela diretoria do órgão regulador.

O Valor apurou que, com relação aos indicadores de DEC e FEC da Cemig relativos a 2017, a agência também está com processo em andamento. Nesse caso, porém, não há informações sobre emissão de auto de infração para a elétrica mineira. O braço de distribuição da Cemig atende 8,3 milhões de unidades consumidoras em 774 municípios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar.

Título: Ibovespa tem nova alta e supera os 73 mil pontos, mas giro segue fraco

O Ibovespa aproveitou o dia mais positivo para ativos de risco globalmente para voltar aos 73 mil pontos. A recuperação, porém, ainda é acompanhada de giro modesto, o que sugere a baixa propensão do investidor em ampliar apostas na renda variável local.

A alta das bolsas americanas na maior parte do dia ajudou a Petrobras e os bancos a valorizarem, a despeito da incerteza que permeia o mercado de ações. Assim, o Ibovespa subiu 1,14%, para 73.668 pontos, depois de ir aos 74.515 pontos na máxima (alta de 2,30%).

O giro financeiro foi de R\$ 6,8 bilhões. É o nono pregão seguido em que o volume negociado das ações do Ibovespa fica abaixo da média diária de 2018, de R\$ 9 bilhões. O giro reduzido é um sinal de que a alta da bolsa não configura uma tendência firme de recuperação, dizem operadores e gestores. Ao contrário, existe uma leitura muito mais negativa para os ativos brasileiros, dominados pelo clima de incerteza com a proximidade das eleições e com a fragilidade dos mercados emergentes.

Especificamente ontem, o tom positivo lá fora ajudou algumas ações de peso na bolsa a subir. A Petrobras, no entanto, foi destaque mais pelo comportamento instável: praticamente anulou ganhos depois de avançar mais de 2%, conforme lá fora perdia tração. A ação ordinária da estatal subiu 0,36% no fim do pregão e a preferencial avançou 0,17%, com parte do mercado ainda aproveitando a oportunidade de preço depois que Pedro Parente deixou o comando da companhia.

Mesmo assim, alguns gestores seguem relutantes com os papéis e notam que não existem no horizonte elementos que justifiquem um otimismo com o ativo. A diminuição da liquidez hoje, quando Wall Street ficará fechada devido ao feriado da Independência americana, deve dar mais ênfase ao movimento de fundos locais, para os quais a Petrobras não tem tido o mesmo brilho.

No mais recente revés, a Petrobras rompeu parcerias em refino e o processo de venda de ativos, depois que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a venda de estatais só pode ser feita com aval do Legislativo. Segundo um analista do setor que prefere não ser identificado, a decisão é muito negativa, mas, com o tombo que a estatal sofreu desde a saída de Parente, ainda há quem prefira aproveitar a oportunidade de preços, em especial os estrangeiros. Da máxima de R\$ 27,55 atingida no começo

de maio até agora, a ação PN da empresa cai 36,5%; a ON chegou a custar R\$ 31,75 em maio deste ano e, desde então, recua 37,8%.

"Não só o diesel está congelado, mas quanto mais o preço internacional [do petróleo] sobe, mais cresce o risco da 'compensação' que a Petrobras tem a receber do governo. E também aumenta a chance de uma intervenção parecida na gasolina", diz um gestor. "O risco político dela aumentou muito, por mais que ainda exista espaço para corrigir."

Ontem, a maior alta do dia foi da Kroton (8,32%). Para um operador, o papel passou a incorporar maior volatilidade, que vem causando variações "fora do comum" no ativo. Entretanto, mesmo com o ganho, a ação ainda tem o segundo pior desempenho no ano, acumulando queda de 41,10%. Só a BRF cai mais (-44,21%).

MME / ASCOM .